

Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS

CNPJ nº 04.740.876/0001-25

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e societárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2017. No exercício, a Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - "CBSS" registrou Lucro líquido de R\$ 282,1 milhões, Patrimônio Líquido de R\$ 1.689,7 bilhão e Ativos totais de R\$ 5.836,2 bilhões. A Companhia continuará buscando em 2018 o fortalecimento de sua posição em seus negócios centrais, bem como a diversificação de negócios e a manutenção de constante foco na experiência e satisfação do cliente. Ao encerramos o exercício social, registramos os agradecimentos da Administração aos funcionários, pela dedicação e empenho, e aos nossos clientes, fornecedores e quotistas pelo apoio e confiança que nos foram dispensados. Colocamos-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Barueri, 29/03/2018.

A Administração.

Balancos patrimoniais em 31/12/2017 e 2016 (Em milhares de Reais)				Demonstrações dos resultados dos exercícios - Exercícios findos em 31/12/2017 e 2016 (Em milhares de Reais, exceto o valor por ação)			
Ativo	Nota explicativa	2017	2016	Passivo	Nota explicativa	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.740.821	2.344.471	Fornecedores	13	13.973	9.395
Contas a receber	5	2.012.311	1.838.517	Contas a pagar operacionais	12	2.217.422	1.667.507
Imposto a recuperar	6	21.976	13.079	Obrigações com portadores	13	1.591.974	1.623.708
Despesas antecipadas	7	30.177	12.436	Programa de incentivo a vendas	14	24.366	43.961
Outros créditos	8	72.062	113.324	Salários e encargos	15	35.008	45.109
				Impostos e contribuições a recolher	16	33.705	35.346
				Passivos contingentes	20	4.337	1.065
				Dividendos a pagar	21	67.003	89.346
				Outras contas a pagar	17	114.059	89.600
Não circulante	958.930	861.093	Não circulante	44.645	22.715		
Despesas antecipadas	7	1.269	2.114	Salários e encargos	15	1.250	-
Depósitos judiciais	22	27.029	5.179	Passivos contingentes	20	27.203	7.090
Imposto de renda e contribuição social diferido	22.c	68.803	73.756	Depósito fiança	5	5.151	4.584
Outros créditos	8	2.576	2.838	Imposto de renda e contribuição social sobre ação	22.b	11.041	11.041
Investimento	9	642.129	609.570	Patrimônio líquido	1.689.785	1.554.577	
Imobilizado	10	9.595	9.803	Capital social	21.a	735.000	511.690
Intangível	11	207.529	157.833	Reserva legal	21.c	110.151	96.046
				Reserva estatutária de expansão	21.d	836.526	948.828
				Ajuste de avaliação patrimonial	8	1.108	(1.987)
Total do Ativo		5.836.277	5.182.920	Total do Passivo		5.836.277	5.182.920

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31/12/2017 e 2016 (Em milhares de Reais)						
Saldos em 31/12/2015	Nota explicativa	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de lucros		Total do patrimônio líquido
				Reserva legal	Reserva para expansão	
Lucro líquido do exercício		511.690	-	77.236	815.791	1.404.717
Dividendos adicionais		-	(1.987)	-	-	(1.987)
Destinação do lucro líquido: Reserva legal	21.c	-	-	18.810	(18.810)	-
Dividendos propostos	21.e	-	-	-	(89.346)	(89.346)
Reserva para expansão	21.d	-	-	268.037	(268.037)	-
Saldos em 31/12/2016		511.690	(1.987)	96.046	948.828	1.554.577
Ajuste de avaliação patrimonial		-	10.095	-	-	10.095
Lucro líquido do exercício		-	-	-	282.116	282.116
Aumento de capital	21.b	223.310	-	(223.310)	-	-
Dividendos adicionais	21.e	-	-	(90.000)	(90.000)	-
Destinação do lucro líquido: Reserva legal	21.c	-	-	14.105	(14.105)	-
Dividendos propostos	21.e	-	-	-	(67.003)	(67.003)
Reserva para expansão	21.d	-	-	201.008	(201.008)	-
Saldos em 31/12/2017		735.000	8.108	110.151	836.526	1.689.785

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais):

1. Contexto operacional: A Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - "CBSS" (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil controlada pelo Elo Participações S.A., que tem como acionistas controladores finais o Banco Bradesco S.A. e o Banco do Brasil S.A. O endereço registrado do escritório da Companhia é Alameda Xingu, 512, 3º e 4º Andares, Edifício "Condomínio Evolution Corporate" - Barueri, São Paulo. A Companhia foi constituída em 17/09/2001 e iniciou suas atividades operacionais em 1º/02/2003, tendo como objetivo a emissão, administração, gestão e prestação de serviços de meios de pagamento e cartões pré-pagos, aptos a receberem carga ou recarga de valores em moeda nacional ou estrangeira incluindo, mas não se limitando, aos benefícios de alimentação e refeição, através de meios eletrônicos, tais como tarja magnética, smart cards e outros; desenvolvimento de parcerias para promoção de produtos e/ou serviços; inclusive mediante disponibilização de espaço em materiais e veículos de divulgação; a implantação, administração e prestação de serviços de programas promocionais, mediante oferecimento e administração de programas de incentivo, fidelização e/ou bonificação de vendas; e a participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista. Nas demonstrações financeiras da Companhia as informações contábeis são controladas sob reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas na controladora Elo Participações S.A. Dessa forma, conforme artigo 4º do CPC 36_R3, a Sociedade deixou de apresentar nessas demonstrações financeiras as demonstrações consolidadas.

Controladas diretas/indiretas

Empresas	Setor	Indireta	Participação no capital social	
			2017	2016
Movera Serviços do Empreendedorismo Ltda.	Serviços	Direta	100,00%	100,00%
Ibi Promotora de Vendas Ltda.	Serviços	Direta	99,99%	99,99%
Karta Participações Ltda.	Holding	Direta	100,00%	100,00%
Nível S.A.	Serviços	Direta	100,00%	100,00%
Steio S.A.	Serviços	Direta	70,00%	70,00%
Farly Participações Ltda. (*)	Holding	Indireta	-	100,00%
Banco CBSS S.A. (*)	Banco	Indireta	100,00%	-

(*) Em 31/12/2016 foi aprovada a incorporação reversa da empresa Farly pelo Banco CBSS S.A. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas anualmente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas. **d. Aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 29/03/2018. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros que apresentam liquidez diária e vencimento de até 90 dias da data da aplicação inicial e, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate se feito de forma antecipada, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados no pagamento das obrigações de curto prazo. **b. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. Classifica também, passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. **1. Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação. É desreconhecido um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. Um passivo financeiro é desreconhecido, quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial, quando apropriado, e somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **b.2 Ativos financeiros não derivativos - Mensuração:** Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação e a variação cambial no resultado conforme incorridos nos períodos mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. **Ativos financeiros disponíveis para venda:** São aqueles que não são derivativos e que são designados como disponíveis para venda e não são classificados nas categorias apresentadas anteriormente. Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas em rubrica específica do patrimônio líquido quando incorridas, sendo baixadas para o resultado do exercício no momento em que são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis. **Empréstimos e recebíveis:** Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **b.3 Passivos financeiros não derivativos - Mensuração:** Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Contas a pagar estabelecimentos comerciais e obrigações com portadores: possuem pagamentos fixos ou determináveis e são mensuradas pelo custo amortizado. São reconhecidas no momento em que são realizadas as capturas das operações transacionadas. As obrigações com portadores são mensuradas pelo custo amortizado e reconhecidas no momento em que é feita a carga nos cartões. **b.4 Classificação do valor justo:** A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo. Este CPC requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração: **Nível 1:** Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e derivativos e contratos de derivativos cujo são negociados em um mercado ativo. **Nível 2:** Dados observáveis que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados que são observáveis no mercado ou confirmados por dados observáveis, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio. **Nível 3:** Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3 geralmente incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativa da Administração. Esta categoria geralmente inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras, empresas não financeiras e alguns contratos de derivativos. **c. Despesas antecipadas:** Devem ser contabilizadas nesta conta os valores pagos antecipadamente, tais como prêmios de seguros, assinaturas de periódicos, contratos de manutenção e licença, campanhas por um período determinado, entre outros valores correlacionados sempre que forem pagos antecipadamente. **d. Combinações de negócios:** Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, se, na data em que o controle é transferido para a Companhia utilizando o método de aquisição. Controle é o poder de governar a política financeira e operacional da entidade de forma a obter benefícios de suas atividades. Quando a determinação da existência de controle a Companhia leva em consideração os direitos de votos potenciais que são atualmente exercíveis. **e. Investimentos em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial:** Os investimentos da Companhia em entidades controladas pelo método da equivalência patrimonial compreendem sua participação em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures). As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Uma entidade controlada em conjunto consiste em um acordo contratual através do qual a Companhia possui controle compartilhado, onde a Companhia tem direito aos ativos líquidos do acordo contratual, e não direito aos ativos e passivos específicos resultantes do acordo. Os investimentos em coligadas e entidades controladas em

continua

continuação

Projetos – Desenvolvimento internos (Lei n.º 11.638/07/CP/C 04) 5 anos

Software e licenças 5 anos

Pontos comerciais 5 anos

h. Ágio (goodwill) – O ágio resultante de uma combinação de negócios demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. A Companhia mensura o ágio na data de aquisição como: • O valor da contraprestação transferida; • O montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida; mas • Se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação detida anteriormente a aquisição; menos; • O montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos pelo negócio, o qual é determinado no balanço de balanço com a compra vantajosa é reconhecido diretamente no resultado do exercício. Os custos de transação, que a Companhia incorre em conexão com a combinação de negócios são registrados no resultado conforme incorridos. Até 31/12/2008, os ágios fundamentados em expectativa de rentabilidade futura foram amortizados no prazo, na extensão e na proporção dos resultados projetados em até cinco anos. A partir de 1º/01/2009, os ágios não são mais amortizados, porém submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável, conforme o pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Em 31/12/2017 e 2016, as projeções quanto à expectativa de recuperação dos intangíveis/ágio nas operações indicam que nenhuma provisão para perda é requerida. **i. Redução ao valor recuperável do ativo: Ativos financeiros não-derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de *impairment*. Em 31/12/2017 e 2016, os ativos financeiros tiveram perda de valor incluída em virtude de: **i. Inadimplência do devedor:** • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que a mesma não consideraria normais; • Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros. Para investimento em títulos patrimoniais, evidência objetiva de *impairment* inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. A Companhia considera um declínio de 20% como significativo e o período de 9 meses como prolongado. **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificáveis individualmente são avaliados coletivamente quando não tenham ocorrido, mas não tenham sido ainda identificados. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre a natureza das perdas esperadas e os custos atuais, tais como as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indicar uma reversão do efeito de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado. **Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:** Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. **Ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros da Companhia, incluindo, mas não se limitando a ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independentemente da natureza de cada ativo, UGCs ou grupos de UGCs. O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflète as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou do UGC. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução no valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente no nível em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **j. Benefícios a empregados:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundos de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são o valor de benefícios a serem pagos aos empregados no resultado dos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos que esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida, cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período, no qual o empregado presta o serviço, são descontadas aos seus valores presentes. **k. Imposto de Renda e Contribuição Social:** O imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil por imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **(i) Impostos correntes:** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com base nos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente também inclui qualquer imposto a pagar decorrente da declaração de dividendos. **(ii) Impostos diferidos:** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil; • Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão em que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e • Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial do ágio. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decreta-

das até a data do balanço. **I. Ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25. **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente inevitável. **Obrigações contingentes** - Não são reconhecidas por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas; **Provisões** - São constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. **Passivos contingentes** - O termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remanes não são prováveis e nem divulgadas. **Obrigações legais** - Obrigações legais, cuja legalidade/constitucionalidade estejam eventualmente sendo discutidas judicialmente, são devidamente provisionadas. **m. Reconhecimento da receita operacional: Receita emitida:** Referem-se substancialmente a tarifas cobradas no processo de emissão de cartões e/ou na disponibilização de benefícios. **Receita adquirida:** É apropriada no momento em que a transação é realizada pelos usuários dos cartões. **n. Receitas e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras são reconhecidas em virtude de: (i) receitas de juros; (ii) despesas de juros; (iii) eventuais receitas de dividendos; (iv) ganhos/perdas líquidas de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. **o. Outras receitas (despesas) operacionais:** As receitas e despesas líquidas são apuradas pelo regime de competência. **p. Eventos subsequentes:** Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização e a sua emissão. São eventos legais, cuja validade originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e • Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras. **q. Normas novas e interpretações ainda não efetivas:** As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2017 e não foram adotadas retroativamente pela Companhia: • **IFRS 47: IFRS 15: Receita** - Contratos com Clientes: O IFRS 15 foi emitido em maio de 2014 e alterado em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflète a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com o IFRS. A Companhia adota o reconhecimento de despesas e receitas de origem associadas às operações de cartões de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (resolução 1374/11 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC). • **CPC 48: Instrumentos Financeiros:** A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, garantias financeiras e limites de crédito concedidos e não utilizados, como também novos requisitos sobre a contabilização de ativos e passivos financeiros. • **CPC 49: Instrumentos Financeiros e Mensuração:** A norma será aplicada a partir de 1º/01/2018. O impacto efetivo da adoção do CPC 48 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado em 31/12/2017 com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia deverá tomar. • **CPC 49:** A Companhia prevê a aplicação de seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas. No entanto, a Companhia realizou uma avaliação preliminar do potencial impacto da adoção do CPC 48 com base em sua posição em 31/12/2017, conforme a seguir: **(i) Classificação – Ativos Financeiros:** O CPC 48 requer a classificação dos ativos financeiros em três categorias: mensurados ao valor justo através do resultado (VJR), valor justo por meio dos resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao custo amortizado. A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A determinação da classificação dos ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e a base da classificação depende do modelo de negócios da Companhia e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo CPC 38. A principal mudança é a de que os casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria Companhia é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descausamento contábil. Com base na sua avaliação preliminar, a Companhia não considera que os novos requisitos de classificação, se fossem aplicados em 31/12/2017, teriam um impacto na contabilização dos ativos financeiros mensurados ao valor justo. Em 31/12/2017, a Companhia tinha investimentos em títulos de dívida privados classificados, pelos requerimentos do CPC 38, na categoria VJR. Porém, considerando os requerimentos do CPC 48, esses ativos seriam classificados como VJORA, já que são utilizados no gerenciamento de caixa da Companhia e, por isso, são vendidos de acordo com a necessidade de recursos financeiros. Na classificação como VJORA, todos os ganhos e perdas de valor justo seriam registrados em outros resultados abrangentes e a provisão para perdas deve ser reconhecida em outros resultados abrangentes (VJORA) e não deve resultar no custo do ativo financeiro no balanço patrimonial. Na classificação como VJR, todos os ganhos e perdas de valor justo seriam reconhecidos no resultado à medida em que surjam, aumentando a volatilidade nos resultados da Companhia e não há mensuração para provisão para perdas dentro desta classificação. Como o efeito de mensuração de valor justo desvia ativos não é significativo, não são esperados impactos financeiros relevantes em função da nova classificação prevista. **(ii) Redução no valor recuperável (Impairment) – Ativos Financeiros e Contratuais:** O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. De acordo com o CPC 48, as perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: • Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e • Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira é aplicável se o risco de crédito do ativo financeiro não for considerado significativo de forma significativa desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perdas de crédito de 12 meses é aplicável se o risco não tiver aumentado significativamente desde o ativo tiver baixo risco de crédito na data de relatório. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; e uma entida-

de pode optar por aplicar esta política também para contas a receber de clientes e ativos contratuais com uma componente de financiamento significativo. A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável deverão aumentar e tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo do CPC 48. A avaliação preliminar da Companhia indicou que a aplicação dos requerimentos de perda por redução ao valor recuperável do CPC 48 em 31/12/2017 reduziria o valor dos ativos elegíveis ao CPC 48 no valor aproximadamente de 0,16%, reconhecida de acordo com o CPC 38. A Companhia está em fase de elaboração de metodologia para a definição de perda por redução ao valor recuperável, conforme o CPC 48. **(iii) Classificação – Passivos Financeiros:** O CPC 48 retém grande parte dos requerimentos do CPC 38 para a classificação de passivos financeiros. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria Companhia é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descausamento contábil. Contudo, de acordo com o CPC 38, todas as variações de valor justo dos passivos designados como valor justo por meio de resultados são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com o CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma: • O valor da variação do valor justo que é atribuído às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em outros resultados abrangentes; e • O valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado. A Companhia não desistiu ou pretende desistir em passar passivos financeiros como VJR. A avaliação preliminar da Companhia não indicou qualquer impacto material se as exigências do CPC 48 relativas à classificação dos passivos financeiros fossem aplicadas em 31/12/2017. **(iv) Contabilização do Hedge Accounting:** Na aplicação inicial do CPC 48, a Companhia pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de hedge do CPC 38 em vez dos novos requerimentos do CPC 48. O plano atual da Companhia é o de optar por aplicar os requerimentos do CPC 48. O CPC 48 exigirá que a Companhia assegure que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia e que a Companhia aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. O CPC 48 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio das relações de hedge e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de hedge. De acordo com o novo modelo, é provável que a maioria das estratégias de gestão de risco sejam alteradas de um hedge de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não-financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de hedge. Atualmente, a Companhia não realiza hedge de tais componentes de risco. Uma empresa controlada pela Companhia adota operações de hedge com o objetivo de diminuir os impactos das oscilações das taxas de câmbio, utilizando instrumentos financeiros derivativos (NDF) com objetivo de trocar a volatilidade cambial por taxa fixa, possibilitando uma gestão mais segura e previsível de seus fluxos de caixa. Uma avaliação preliminar indicou que os tipos de relações de contabilidade de hedge que a empresa controlada designa atualmente devem atender aos requerimentos da IFRS 9 se a empresa efetuar certas mudanças em seus processos internos de documentação e monitoramento. A avaliação preliminar também indicou que as alterações esperadas nas políticas contábeis teriam um impacto material se a empresa tivesse aplicado a contabilidade de hedge do CPC 48 em 2017. **(v) Divulgação:** O CPC 48 exigirá extensivas novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de hedge, risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação preliminar da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas e processos atuais e a Companhia planeja implementar mudanças nos seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos. **(vi) Transição:** As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 serão geralmente aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir: • A Companhia pretende aproveitar a isenção que permite reespecificar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção do CPC 48, serão reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º/01/2018. • Os novos requerimentos de contabilidade de hedge devem ser aplicados prospectivamente. • As seguintes avaliações devam ser efetuadas e circunstâncias existentes na data da adoção inicial: (i) A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido; (ii) A designação e revogação de designações anteriores de determinados ativos e passivos financeiros mensurados a VJR e (iii) A designação de determinados investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação como VJORA. **4. Caixa e equivalentes de caixa:**

	2017	2016
Caixa e bancos	62.600	45.747
Aplicações financeiras		
Fundos de investimento (a)	2.449.161	2.208.465
Certificado de depósito bancário - CDB's (b)	178.987	34.833
Operações compromissadas com lastro em debêntures (b)	50.073	55.426
	2.740.821	2.344.471

(a) A Companhia possui aplicação com partes relacionadas através de fundos de investimento, não excluindo administrados substancialmente pelos bancos Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A. que possuem liquidez diária. As cotas dos fundos de investimento foram atualizadas pelo respectivo valor da cota no último dia útil do mês. A classificação é pelo valor justo, e estão classificadas no nível 1. (b) As aplicações financeiras estão classificadas no curto prazo, uma vez que foram efetuadas com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas e apresentam liquidez diária, sem prejuízo dos rendimentos acumulados até a data do resgate e estão classificadas como nível 2. Substancialmente, as aplicações financeiras foram realizadas com partes relacionadas, conforme detalhado na nota explicativa nº 18.

	2017	2016
Contas a receber de clientes (a)	1.679.096	1.633.193
Contas a receber partes relacionadas (b)	355.389	226.807
(-) Provisão para redução do valor recuperável	(22.174)	(21.483)
	2.012.311	1.838.517

(a) Referem-se a contas a receber operacional de clientes e prestadores de serviços de alimentação e refeições com vencimento no máximo de 90 dias. (b) Referem-se substancialmente a valores a receber das empresas vinculadas ao Banco do Brasil S.A. e ao Banco Bradesco S.A. referentes ao pedido de recarga de benefícios nos cartões de seus colaboradores, com vencimento máximo de 90 dias, vide nota explicativa 18. A Companhia dispõe de diversos instrumentos contratuais para mitigação de risco de crédito dos clientes, com o intuito de proteger-se de eventuais riscos de "default" dessas instituições.

	2017	2016
Imposto de renda retido na fonte	7.788	8.562
IR sobre aplicação financeira	7.838	1.786
PIS e COFINS	6.350	2.731
	21.976	13.079

7. Despesas antecipadas: Despesas antecipadas são despesas em dinheiro ou em bens e serviços em títulos de dívida privados classificados, pelos requerimentos do CPC 38, na categoria VJR. Porém, considerando os requerimentos do CPC 48, esses ativos seriam classificados como VJORA, já que são utilizados no gerenciamento de caixa da Companhia e, por isso, são vendidos de acordo com a necessidade de recursos financeiros. Na classificação como VJORA, todos os ganhos e perdas de valor justo seriam registrados em outros resultados abrangentes e a provisão para perdas deve ser reconhecida em outros resultados abrangentes (VJORA) e não deve resultar no custo do ativo financeiro no balanço patrimonial. Na classificação como VJR, todos os ganhos e perdas de valor justo seriam reconhecidos no resultado à medida em que surjam, aumentando a volatilidade nos resultados da Companhia e não há mensuração para provisão para perdas dentro desta classificação. Como o efeito de mensuração de valor justo desvia ativos não é significativo, não são esperados impactos financeiros relevantes em função da nova classificação prevista. **(ii) Redução no valor recuperável (Impairment) – Ativos Financeiros e Contratuais:** O CPC 48 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. De acordo com o CPC 48, as perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: • Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos 12 meses após a data de relatório; e • Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira é aplicável se o risco de crédito do ativo financeiro não for considerado significativo de forma significativa desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perdas de crédito de 12 meses é aplicável se o risco não tiver aumentado significativamente desde o ativo tiver baixo risco de crédito na data de relatório. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; e uma entidade

9. Investimento: Em 31/12/2017 e 2016 os saldos contábeis das controladas diretas e indiretas apresentavam os seguintes valores.

	2017	2016				
		Quantidade de ações (mil)	Participação percentual no capital social	Investimento	Resultado de equidade patrimonial	Resultado de equidade patrimonial
Empresas						
Movera Serviços e Promoção do Empreendedorismo	60.000	24.559	(4,122)	20.000	100%	24.559 (4,122) 13.681 (14,385)
Stelo S.A. (a)	109.100	(8.813)	(27,584)	100	70%	- (27,584) 21.415 (26,767)

continua

continuação

Empresas	2017				2016				
	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Quantidade de ações (mil)	Participação no capital social	Resultado de equidade	Investimento patrimonial	Resultado de equidade	Investimento patrimonial
Nívelo S.A.	139.100	50.930	7.364	100	100%	50.930	7.364	33.542	(70.542)
Ibi Promotora de Vendas Ltda.	30.531	6.062	(46.537)	2.000	100%	6.062	(46.537)	52.599	(5.849)
Kartra Participações Ltda. (b)	717.910	560.578	(80.825)	294.269	100%	560.578	(80.825)	488.333	(69.992)
						642.129	(151.704)	609.570	(187.535)

(a) O valor do investimento na empresa Stelo está registrado na rubrica de contas a pagar investimento, em razão de seu patrimônio líquido constar negativo. (b) O Banco CBSS S.A. é controlada direta da empresa Kartra.

10. Imobilizado:

Instalações	2017		2016	
	Taxa anual de depreciação %	Depreciação acumulada	Liquido	Liquido
Móveis e utensílios	10	4.581	(1.143)	3.438
Equipamentos de informática e telecomunicações	20	2.081	(479)	1.602
Hardware e aplicativos	20	4.560	(1.952)	2.608
Veículos	20	1.91	(191)	-
Máquinas e equipamentos	10	1.416	(506)	910
Beneficiárias em imóveis de terceiros	20	2.032	(995)	1.037
		14.861	(3.268)	9.593

11. Intangível:

Software e licenças	2017		2016	
	Taxa anual de amortização %	Amortização acumulada	Liquido	Liquido
Marcas e patentes	20	46.128	(3.191)	42.937
Ágio Smart (a)	-	51	-	51
Ágio IBI (a)	-	37.319	(11.343)	25.976
Projetos (b)	20	103.894	(16.562)	87.332
Outros intangíveis	20	83.885	(33.560)	50.325
		273.999	(66.470)	207.529

(a) O ágio fundamentado com expectativa de rentabilidade futura foi amortizado no prazo, com extensão e na proporção dos resultados projetados em até cinco anos, até 31/12/2008. A partir de 1/1/2009, os ágios com expectativa de rentabilidade futura não são amortizados, porém submetidos a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável, conforme o CPC 01. Para o exercício findo em 31/12/2017 e 2016 foi realizado teste de impairment, com base em estudos técnicos e não foram identificados indícios de perda no valor recuperável. (b) Desenvolvimento de novos produtos, contabilizados de acordo com a Lei 11.638. Para o exercício findo em 31/12/2017 foi realizado teste de impairment e não houve perda no valor recuperável do intangível (R\$ 17.987 em 31/12/2016).

12. Contas a pagar: Os valores a serem repassados aos estabelecimentos comerciais estão registrados em conta de passivo. Em 31/12/2017, o saldo corresponde a R\$ 2.217.422 (R\$ 1.667.500 em 31/12/2016). Após a utilização dos créditos pelos usuários os valores utilizados são repassados aos estabelecimentos comerciais, em média, em até 28 dias.

13. Obrigações com portadores: Em 31/12/2017, o saldo de R\$ 1.591.974 (R\$ 1.623.708 em 31/12/2016) corresponde às obrigações decorrentes dos benefícios creditados aos usuários dos cartões e ainda não utilizados por eles nos estabelecimentos comerciais, bem como às obrigações decorrentes dos benefícios de vale-transporte a serem entregues aos usuários.

14. Programa de incentivo a vendas: Corresponde à união de esforços entre os canais vendedores e a Companhia para o fornecimento de produtos Alelo, os quais incluem a captação, a análise, o acompanhamento da situação de crédito dos clientes e a liquidação financeira dos vendas a receber. Em 31/12/2017, a posição do Programa de incentivo a vendas é como segue:

Contas a pagar	2017		2016	
	Despesas operacionais	Despesas financeiras	Despesas operacionais	Despesas financeiras
Bancos	15.499	(207.059)	1.211	-
Outros canais vendedores	8.867	(4.627)	343	-
	24.366	(211.686)	868	(664)

Em 31/12/2016, a posição do Programa de incentivo a vendas é como segue:

Contas a pagar	2016		2015	
	Despesas operacionais	Despesas financeiras	Despesas operacionais	Despesas financeiras
Bancos	35.637	(139.680)	10.328	-
Outros canais vendedores	8.324	(64.980)	964	-
	43.961	(204.660)	11.292	(664)

O valor de despesa operacional está registrado na demonstração do resultado na linha de despesas com vendas.

15. Salários e encargos:

Participação nos lucros	2017		2016	
	Provisão de férias	Encargos - INSS	Encargos - FGTS	Outros
	21.318	33.396	7.242	6.831
	3.778	3.626	1.208	1.190
	2.712	88	36.258	45.109
	35.008	45.109	1.250	-

16. Impostos e contribuições a recolher:

Provisão de imposto de renda e contribuição social	2017		2016	
	COFINS	PIIS	Imposto de renda retido na fonte	Outros tributos a recolher
	10.682	14.796	12.462	10.486
	2.695	2.277	3.876	4.782
	3.990	3.005	3.712	88
	33.705	35.346	20.171	20.161

17. Outras contas a pagar:

Créditos a clientes (a)	2017		2016	
	Provisão de custo dos serviços prestados	Provisões gerais e administrativas	Provisão de comissionamento sobre incentivos	Desenvolvimento, manutenção e suporte
	32.935	49.432	23.460	15.719
	14.438	5.463	17.793	844
	7.125	6.378	9.922	9.157
	3.169	2.086	1.233	423
	114.059	89.600	51.179	30.943

(a) Valores recebidos de clientes e que foram estornados dos cartões dos usuários e que deverão ser abatidos em faturas futuras dos respectivos clientes, via desconto.

18. Partes Relacionadas:

Caixa e bancos	2017		2016	
	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
Banco Bradesco S.A. - controlador indireto	51.594	-	43.978	-
Banco do Brasil S.A. - controlador indireto	10.796	-	1.504	-
Aplicações financeiras (a)				
Banco Bradesco S.A. - controlador indireto	1.929.367	156.456	1.676.946	160.333
Banco do Brasil S.A. - controlador indireto	483.683	24.111	517.347	45.799
Banco CBSS S.A. - controlada	156.985	5.238	4.262	454
Contas a receber (b)				
Banco Bradesco S.A. - controlador indireto	200.113	1.906	135.282	1.494
Banco Bradesco S.A. - controlador indireto	-	-	-	1.284
BB Cartões S.A. - controlador indireto	46.363	2.328	23.491	863
Cielo S.A.	2.491	75.746	7.924	77.816
Elo Participações S.A. - controlador direto	49	84	1.930	34
Elo Serviços S.A. - coligada	62	8.452	2.51	14.141
Banco CBSS S.A. - controlada	3.764	5.238	3.293	454
IBI Promotora de Vendas Ltda. - controlada	3.098	272	3.752	-

(a) Valores recebidos de clientes e que foram estornados dos cartões dos usuários e que deverão ser abatidos em faturas futuras dos respectivos clientes, via desconto.

(b) Valores recebidos de clientes e que foram estornados dos cartões dos usuários e que deverão ser abatidos em faturas futuras dos respectivos clientes, via desconto.

os negócios no corrente ano, a Companhia entende necessária a criação da reserva de expansão. A administração acredita que o fortalecimento do capital de giro proporcionado por esta retenção conferirá maior estabilidade financeira nas suas operações. Conforme determinação dos acionistas de 2011 os distribuídos a partir de 2011 são destinados à reserva de expansão, e em 2017 a reserva apresenta um saldo de R\$ 838.526 (R\$ 948.828 em 2016). Será proposto para a próxima assembleia geral de acionistas a adequação das reservas em vista ao enquadramento do Art. 199 da Lei 6.404 que determina que o saldo das reservas de lucros, exceto para contingências, não podem ultrapassar o capital social. **e. Dividendos a pagar:** Aos acionistas é garantido o direito a dividendo anual de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202, inciso VI, do estatuto.

2017 2016

Lucro dos exercícios 282.116 376.193
(-) Reserva legal (14.106) (18.810)
Lucro líquido ajustado 268.010 357.383
Percentual mínimo para dividendos 25% 25%
Dividendos mínimos obrigatórios **67.003 89.346**

Em 31/12/2017 a Companhia possui provisão para pagamento de dividendos no montante de R\$ 67.003 (R\$ 89.346 em 2016), referente à destinação da parte do lucro líquido do exercício de 2017. Em 03/05/2017 a Companhia pagou dividendos no montante de R\$ 179.346 (R\$ 254.052 em 2016), referente ao exercício de 2016. **22. Imposto de renda e contribuição social: a. Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social.**

2017 2016

Lucro antes do IR (IRPJ), da contribuição social 495.684 661.647
Alíquota vigente 34% 34%
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente 168.533 244.960

Efeito no cálculo dos tributos:

Contingências fiscais, trabalhistas, cíveis 7.951 (2.528)
Provisão para perdas do valor recuperável 235 (2.269)
Equivalência patrimonial 51.579 63.762
Ativo fiscal diferido 4.774 15.473
Participação nos lucros - funcionários (4.940) (4.436)
Provisão para despesas de pessoal e administrativas 14.177 8.254
Incentivos fiscais (29.508) (9.200)
Outros valores 767 (8.362)
Imposto de renda e contribuição social 213.568 285.454
Sendo: Impostos correntes 208.794 270.181
Impostos diferidos 4.774 15.273
Despesa contabilizada 213.568 285.454

b. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social deferidos:

Descrição dos créditos diferidos	Saldo em 2016	Const. tuição	Realiza-ção	Saldo em 2017
Provisão para contingências fiscais	2.411	9.160	(2.322)	9.249
Provisão para contingências trabalhistas	363	1.543	(431)	1.475
Provisão fee - Visa/Elo	617	3.162	(3.409)	370
Provisão nos lucros	11.355	11.444	(10.676)	6.723
Provisão administrativa	10.927	39.366	(39.195)	11.368
Provisão para perdas do valor recuperável	7.304	384	(149)	7.539
Ágio amortização adquirido/cedido por incorporação	34.082	-	(20.448)	13.634
Outros valores	6.687	92.366	(80.618)	18.445
Total dos créditos tributários	73.756	157.695	(162.648)	68.803
Prejuízo fiscal/Base negativa	-	-	-	-
Total dos créditos tributários	73.756	157.695	(162.648)	68.803
Total dos passivos diferidos	(11.041)	-	(11.041)	-
Total líquido dos impostos diferidos	62.715	157.695	(162.648)	57.763

c. Provisão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais:

Diferenças temporárias	Reserva especial de ágio				
Imposto Contribui-ção social	Imposto Contribui-ção social				
Até 1 ano	29.980	10.983	10.024	3.608	54.955
Até 2 anos	1.385	499	-	-	1.884
Até 3 anos	1.166	421	-	-	1.587
Até 4 anos	1.005	361	-	-	1.366
Acima de 5 anos	6.691	2.480	-	-	9.171
Total	40.421	14.744	10.024	3.608	68.803

A constituição do crédito tributário está suportada por estudo técnico e o valor presente em 31/12/2017, calculado considerando a taxa Selic, líquido dos efeitos tributários, o saldo corresponde a R\$ 61.687 (R\$ 65.782 em 2016). **23. Receita operacional líquida:** As receitas da Companhia são compostas substancialmente pelos seus produtos de vale alimentação, vale refeição e vale transporte.

2017 2016

Receita bruta 1.413.496 1.349.275
Tributos (152.214) (142.972)
Receita líquida 1.261.282 1.206.303

24. Despesas por natureza:

2017	2016	
Custo dos serviços prestados	(207.130)	(240.439)
Despesas com pessoal	(149.368)	(151.456)
Infraestrutura	(78.665)	(49.367)
Despesa de marketing	(28.399)	(19.485)
Honorários profissionais	(12.651)	(6.316)
Serviços de terceiros	(3.786)	(1.814)
Despesas de aluguel e manutenção	(10.853)	(8.089)
Despesas com veículos, transportes e viagens	(10.399)	(8.267)
Depreciações e amortizações	(14.368)	(11.868)
Despesas com telefonia	(805)	(1.484)
Despesa de contribuições e doações	(16)	(14)
Despesas com material de escritório	(349)	(285)
Outras despesas administrativas	(27.998)	(21.314)
Outras receitas/(despesas)	(8.459)	(14.985)
	(553.093)	(535.183)

25. Resultado financeiro:

2017	2016	
Antecipação de Recebíveis	164.762	310.249
Fundos de investimento	190.008	164.938
Aplicações financeiras	6.963	59.285
Programa incentivo de vendas (nota 14)	17.434	16.993
Atualizações monetárias	9.295	11.504
Varição cambial positiva	9.523	7.293
Juros e multas recebidos	9.074	13.394
Outras receitas	1.304	744
Total de receitas financeiras	408.383	584.280
Descontos concedidos	(198.123)	(98.982)
Programa incentivo de vendas (nota 14)	(16.566)	(28.285)
Atualização monetária	(5.221)	(5.024)
Varição cambial negativa	(9.042)	(6.941)
Despesas bancárias	(4.791)	(4.231)
Outras despesas	(23.735)	(58.095)
Total de despesas financeiras	(257.478)	(201.558)
Resultado financeiro	150.885	382.722

26. Gestão de Riscos: a) Contexto Operacional: O processo de gestão de riscos e controles está suportado por governança estruturada através dos fóruns e órgãos colegiados subordinados à Diretoria de Governança da Presidência da instituição. Esse modelo é controlado por papéis e responsabilidades definidos de maneira a firmar a segregação entre as atividades de gestão de riscos e controles que são executadas na Elopac de forma garantir a devida independência entre as áreas de negócio e de suporte das controladas. Os principais fóruns de acompanhamento e discussão dos riscos do grupo junto a alta direção são os Comitês de Gestão de Riscos de cada uma das controladas. São apresentados mensalmente nos Comitês os acompanhamentos dos resultados, comportamentos e riscos das diversas áreas e produtos da instituição. Este é o grupo que tem como responsabilidade garantir o cumprimento das Políticas de Gestão de Riscos, assegurando a efetividade do processo de seu gerenciamento. A área conta com pessoas qualificadas para mensurar os diferentes tipos de risco, a fim de que sejam devidamente identificados, medidos, avaliados, monitorados, reportados, mitigados e controlados, com o objetivo de mantê-los dentro dos padrões aceitáveis para o grupo e de acordo com as regulamentações

continua

continuação
vigentes. Em concordância com a Circular 3.681/13 do Banco Central do Brasil e a Resolução CMN nº 4.557/17, que são utilizadas como referência para a Companhia, além das boas práticas de mercado, a instituição dispõe de estrutura para o gerenciamento do risco operacional, risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e gestão de capital, que trabalha de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, a fim de desenvolver e implementar eficientes métodos de mensuração e mitigação, com o uso de sistemas, metodologias e processos. **b) Risco de Crédito:** A atividade de gerenciamento de risco de crédito é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna. A missão das Diretorias de Finanças e de Governança é analisar, mensurar, aprovar e controlar os riscos de crédito de contraparte proveniente de suas operações comerciais e garantir que todos os riscos possíveis de serem considerados são conhecidos e foram mitigados da melhor forma, e são aceitáveis para o grupo. Tudo com o objetivo de salvaguardar perdas no futuro, e por consequência seu capital, fazendo com que ele seja utilizado de forma segura e rentável. A Aleo dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar o risco de crédito com o intuito de proteger-se de um eventual risco de inadimplência das contrapartes. **c) Risco de Mercado e Liquidez:** A atividade de gerenciamento de risco de mercado e liquidez é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna. A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros da carteira de não negociação em decorrência de suas atividades financeiras e comerciais normais. A Companhia dispõe de metodologias de mensuração e controle para monitorar os riscos de mercado e liquidez, e para a mitigação de eventuais perdas que comprometam a saúde financeira da companhia, bem como o cumprimento de suas obrigações. **d) Risco Operacional:** A atividade de gerenciamento de risco operacional é executada por uma área específica e está sob a responsabilidade da Diretoria de Governança, independente das áreas de negócio e da Auditoria Interna. A área tem a missão de estabelecer diretrizes, implantar metodologia e ferramentas para: identificar, mensurar, monitorar, controlar e reportar os riscos operacionais da instituição. A existência da Área está alinhada às melhores

práticas de mercado, políticas internas da Aleo, à Circular 3.681/13 do Banco Central do Brasil e à Resolução CMN nº 4.557/17. **e) Capital de Giro:** Em cumprimento à Circular 3.681/13 do Banco Central do Brasil, a Companhia mantém, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado correspondente a, no mínimo, o maior valor entre 2% (dois por cento) da média mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 (doze) meses ou do saldo das moedas eletrônicas por elas emitidas. Além disso, mantém recursos líquidos correspondentes aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento, acrescido dos saldos de moedas eletrônicas em trânsito entre as contas de pagamento na mesma instituição de pagamento. **27. Obrigações e compromissos:** a. **Serviço de captura de transações:** Prestação de serviços de captura de transações, afiliações a estabelecimento, prevenção à fraude, controle e liquidação financeira. O contrato tem prazo de vigência indeterminado, sendo as condições financeiras restabelecidas anualmente. b. **Serviço de processamento de transações com cartões Companhia:** Prestação de serviços de processamento e autorização das transações dos cartões Aleo. O contrato iniciou-se em 24/03/2006. c. **Serviço de emissão de cartões Companhia:** Processo de emissão e personalização dos cartões. d. **Logística de entrega e transporte de cartões Companhia:** Os serviços de transporte incluem a coleta, a entrega e o manuseio de cartões Aleo e Vale Transporte. O prazo de duração do contrato é de 12 meses contados de sua assinatura, renovado automaticamente por períodos iguais sucessivos, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por quaisquer das partes. **28. Cobertura de seguros:** A Companhia mantém política de cobertura de seguros com o objetivo de delimitar riscos, buscando no mercado operacionais o melhor custo-benefício e a melhor cobertura. As coberturas contratadas pela Administração para cobrir eventuais sinistros, levando em conta a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros, são como segue:

Tipo	Importância segurada
Edificações	31.179
Patrimônio	15.690

29. Regulamentações do Banco Central do Brasil (BACEN): Em razão da Lei nº 12.865, publicada em 09/10/2013, as atividades exercidas pela

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria sobre as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Ocaso, 29 de março de 2018

relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria sobre as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Ocaso, 29 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP028567/O-1 F SP

João Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

Ao Conselho de Administração e aos Administradores da Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distor-

Empresa de Ônibus Pássaro Marron S.A.

CNPJ/MF nº 61.563.557/0001-25 - NIRE nº 35300037057

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em Milhares de Reais)

Balancos patrimoniais		Demonstrações do resultado			
Ativo	2017	2016	2017	2016	
Ativo circulante	12.173	14.844	Passivo e patrimônio líquido	65.497	69.403
Caixa e equivalente de caixa	4.341	7.417	Passivo circulante	9.128	6.553
Contas a receber	3.290	3.541	Fornecedores e financiamentos	41.265	48.342
Estoques	2.640	2.127	Obrigações trabalhistas e tributárias	10.579	10.692
Impostos a recuperar	1.556	1.504	Contas a pagar	745	385
Outros créditos	345	255	Dividendos a pagar	1.388	1.388
Despesas pagas antecipadamente	2	-	Adiantamento de clientes	2.143	1.589
Ativo não circulante	335.112	338.493	Valores de terceiros arrecadados	247	454
Realizável a longo prazo	46.467	49.169	Passivo não circulante	79.715	98.988
Tributos diferidos	754	1.243	Empréstimos e financiamentos	50.972	66.969
Impostos a recuperar	1.605	342	Obrigações trabalhistas e tributárias	574	-
Partes relacionadas	2.501	-	Partes relacionadas	19.781	13.215
Outros créditos	293	293	Provisões para contingências	1.196	674
Imobilizado	51.620	51.046	Tributos diferidos	7.192	18.130
Intangível	125.798	129.541	Patrimônio líquido	202.074	184.946
	157.694	157.906	Capital social	98.393	89.293
	283.492	287.447	Reserva de capital	66.661	66.661
	347.285	353.337	Ajuste de avaliação patrimonial	1.005	1.018
Total do ativo	311/12/2017	31/12/2016	Reserva legal	1.971	1.570
	8.027	(22.305)	Reserva de lucros	34.044	26.404
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	8.027	(22.305)	Total do passivo e patrimônio líquido	347.285	353.337
Realização do custo atribuído de ativos, líquido de impostos diferidos	8.013	(22.329)	Demonstrações das mutações do patrimônio líquido		
Resultado abrangente do exercício	8.013	(22.329)	Capital social	98.393	89.293
	86.995	66.661	Reserva de capital	66.661	66.661
Saldos em 31 de dezembro de 2015	86.995	66.661	Ajuste de avaliação patrimonial	1.042	1.570
Realização do custo atribuído de ativos, líquido de impostos diferidos	-	-	Reserva legal	1.570	1.570
Aumento de capital social	2.298	-	Reserva de lucros	34.044	26.404
Resultado do exercício	-	-	Total	48.686	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	Lucros acumulados	-	204.954
Saldos em 31 de dezembro de 2016	89.294	66.661	Lucros	202.074	184.946
Realização do custo atribuído de ativos, líquido de impostos diferidos	-	-	Capital social	98.393	89.293
Aumento de capital social	9100	-	Reserva de capital	66.661	66.661
Resultado do exercício	-	-	Ajuste de avaliação patrimonial	1.005	1.018
Constituição de reserva legal	-	-	Reserva legal	1.971	1.570
Transferência para reserva de lucros	-	-	Reserva de lucros	34.044	26.404
Saldos em 31 de dezembro de 2017	98.393	66.661	Total do passivo e patrimônio líquido	347.285	353.337
	98.393	66.661	Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras		

1. **Contexto sobre a Empresa** - A Empresa de Ônibus Pássaro Marron S.A. ("Companhia" ou "Pássaro Marron") explora os serviços de transporte rodoviário de passageiros no âmbito interestadual, intermunicipal, metropolitano, municipal e os serviços de fretamento e de transporte de encomendas.
2. **Quadro Societário:**
Acionistas:
Max Empreendimentos e Participações S/A 49.196.500
Comporte Participações S/A 49.196.500
Total 98.393.000
3. **Práticas Contábeis** - As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), em conjunto com a legislação específica emanada pela Agên-

cia Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), e as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). 4. **Imobilizado** - É registrado pelo custo de aquisição, líquido das depreciações acumuladas e não excede ao valor justo. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear, levando em consideração a revisão da vida útil econômica estimada e o valor residual esperado no prazo estimado de alienação. A Administração revisa periodicamente o valor estimado de realização dos ativos e ajusta a taxa de depreciação, quando necessário. 5. **Agio - Goodwill** - Agio decorrente de incorporação reversa, o qual possui como premissa a rentabilidade futura, está fundamentado em laudo de avaliação econômico-financeiro elaborado por empresa especializada, sendo revisado anualmente. 6. **As Demonstrações Financeiras** - Completas e auditadas pela RSM Brasil Auditores Independentes S/AS, estão disponíveis na sede da Companhia para apreciação.

Paulo Sérgio Bongiovanni - Diretor Geral
José Benedito Farias do Prado - Contador - CRC 1SP 141398/O-8